

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Thiago Pereira da Silva

Instituição e espaço analítico: de transbordamentos, invasões, ou de outra coisa? –
Considerações acerca da espacialidade da clínica psicanalítica

Porto Alegre

2015

Thiago Pereira da Silva

Instituição e espaço analítico: de transbordamentos, invasões, ou de outra coisa? –
Considerações acerca da espacialidade da clínica psicanalítica

Trabalho apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Simone Zanon Moschen

Porto Alegre

2015

Agradecimentos

Aos bons encontros.

Às sacadas.

Aos acolhimentos. Às orientações. Às apostas e às delicadezas. Ao que cativa.

Às pequenas neuroses, e às grandes.

Às genialidades. Às “epicidades” e “tragicidades”. Ao Real, ao Simbólico e ao Imaginário – não os do livro.

Às cervejas, aos bares, às conversas, às discussões. Às risadas. Aos finais de semana na Redenção e às lagoas bonitas.

Aos irmãos que se acha no meio do caminho.

A esta mania estranha, bonita, que é gostar de escutar.

... aos vários bons encontros.

(... eu falei às sacadas?)

Sobre a beleza o meu pai também explicava: só existe a beleza que se diz. Só existe a beleza se existir interlocutor. A beleza da lagoa é sempre alguém. Porque a beleza da lagoa só acontece porque a posso partilhar. Se não houver ninguém, nem a necessidade de encontrar a beleza existe nem a lagoa será bela. A beleza é sempre alguém, no sentido em que ela se concretiza apenas pela expectativa da reunião com o outro. [...]

Todas as lagoas do mundo dependem de sermos ao menos dois. Para que um veja e outro ouça. Sem diálogo, não há beleza e não há lagoa.

Valter Hugo Mãe, A desumanização.

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo estabelecer uma discussão acerca da espacialidade vigente na condução de um tratamento psicanalítico, decorrente da articulação de seus operadores conceituais, e suas possíveis implicações para a prática inserida em contextos institucionais. Parte-se da hipótese, sustentada a partir de recortes de experiências de estágio, de que insiste certo modelo implícito do espaço analítico enquanto material, substancial, tridimensional. Critica-se tal aceção, procurando extrair de proposições fundamentais da posição lacaniana consequências para ressituar a espacialidade da clínica psicanalítica em função de sua constituição em um campo da linguagem, a partir da função da fala, operando com a materialidade do significante. Estabelece-se com isso a leitura de que o espaço analítico corresponde a um espaço discursivo, portanto bidimensional, não conformando-se a um modelo *partes extra partes*. Discute-se algumas consequências da adoção deste modelo, o qual proporcionaria outra inteligibilidade acerca de fenômenos de entrelaçamento de redes discursivas, interferências e ressonâncias, por exemplo, possibilitando pensar de outra forma a relação entre instituição e espaço analítico.

Palavras-chave: Instituição, Psicanálise, Espaço Analítico.

Sumário

De transbordamentos, invasões, ou de outra coisa?	7
Breve excursão epistemológica e delimitação mínima da psicanálise no campo da práxis	14
Do campo que nos concerne (e suas consequências) – de uma concepção <i>materalista</i> de espaço	24
Referências	37

De transbordamentos, invasões, ou de outra coisa?

A intuição é ágil, mas uma evidência deve ser-nos tão mais suspeita quanto mais se torna uma ideia aceita.¹

“A clínica transborda”. Partamos daqui.

Constituído como dizer corrente, moeda comum de troca nos mais diversos âmbitos de um contexto institucional no qual nos inserimos em dado momento de nosso percurso de graduação, este enunciado, de alguma forma, e por alguma razão, põe em movimento interrogantes que irão, a partir daí, nos acompanhar na caminhada, e seguirão trabalhando. Neste contexto, contexto clínico por própria definição, referenciado fundamentalmente à psicanálise, tal concepção de transbordamento surgirá como resposta, ou algo desta sorte, ali onde o tão evidente limiar das quatro paredes de uma sala de atendimento falha em encontrar relação biunívoca com a delimitação do clínico. Surgirá, por vezes, inclusive, para atestar as decorrências, potencialidades, impasses e talvez a aceção de uma particularidade da prática psicanalítica quando inserida em um campo mais amplo – e que supostamente lhe é, em alguma medida, estranho –, a saber, o de uma instituição. Em suma, fala-se de que “a clínica”, ao deparar-se inserida em um plano institucional, tem a estranha tendência de, por vezes, não conter-se nas bordas que supostamente lhe caberiam.

Servir-nos-ia esta frase de matéria prima ou ponto de proveniência de uma não pequena gama de questionamentos possíveis: *Como* “a clínica” transborda? *De onde* transborda? *Para onde?* *Como trabalhar* com isso que escapa – tamponar, conter, encanar, escoar? *Por que e quando, em que momentos, com que frequência* e sob que *condições* o faz, como outros, também encontrariam sem grande esforço lugar na série.

Interessa-nos, contudo, atacar o problema de outro ponto: qual o modelo implícito de espacialidade da clínica psicanalítica que aí opera?

A imagem que se nos impõe é aquela de um líquido, um fluido que escorre, escoar, verte e, portanto, preenche e extravasa de algo que faça as vezes de recipiente. Falar de trans-bordamento traz consigo a implicação lógica de que falemos, de que situemos, explícita ou implicitamente, uma borda que será transposta. Em que nível da

¹ Lacan, J. (1998c). Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 250.

experiência analítica, digamos assim, situar-se-ia tal borda? Seria esta delimitada pelas paredes de uma sala de atendimento? Aqui, tal questionamento se fará fundamental.

Recipientes e transbordamentos, infiltrações, goteiras e escoamentos – por entre frestas de portas, buracos de fechaduras e outros interstícios possíveis. Dizer da clínica como algo que transborda no contexto institucional parece-nos abrir todo um campo semântico sugestivo. Seria “a clínica” um fluido, responderia ela a tal modelo? É de um fluido que falamos quando falamos de clínica? Ou, ainda, seria este caráter liquefeito o efeito de sua inserção em um ambiente que não lhe coubera até então? Corresponderia ela, assim, a um sólido que se liquefaz quando situado em condições outras de “temperatura” e “pressão” (certamente, como frequentemente ouvimos, não as ideais)? Será, então, a inserção institucional como que o “ponto de fusão” do espaço clínico?

Uma segunda frase, uma cena: “com o tempo, tu vais aprender a deixar o que está dentro, dentro, e o que está fora, fora”. Reunião de equipe. Uma terapeuta põe em pauta sua dificuldade de escutar os pacientes que atende devido a elementos que tangem à organização institucional do trabalho que conduz. Trabalha em regime de plantão no processo de acolhimento de pacientes, e, devido ao ritmo e à carga que este regime lhe impõe, neste período em especial, mais do que em outros, julga não estar conseguindo realizar devidamente sua função, ou de estar realizando-a ao preço de seu esgotamento. Diz: “não tenho conseguido atender bem pensando que a fila segue aumentando lá fora”. A resposta: fora, fora, e dentro, dentro.

Tomamos aqui o problema, ao menos por agora, não tanto pelo número efetivo de pacientes que aguardam, ou pela angústia da terapeuta – muito embora a temática de sua resistência nos indique uma via importante de reflexão –, mas sim, retornando à nossa pergunta norteadora, pelo que se insinua aí como modelo de espacialidade da clínica. Há na cena algo que emerge enquanto questionamento de uma implicação, uma relação entre o plano do atendimento, da sala, e o da organização institucional da atividade. O desenlace do problema, com todo seu peso, é o que no momento mais nos interessa: identifica-se-os, estes planos, como “dentro” e “fora”, respectivamente, movimento ao qual vem acompanhar a *prescrição de uma separação natural, necessária e ativa entre os dois*. O invólucro do clínico, este dentro que marcaria o campo de ‘livre ação’ do psicanalista na condução de sua arte, se firma contra o limiar do fora que tramita, ou deveria tramitar, tão somente na exterioridade da sala de atendimento.

Neste sentido, pensamos poder estabelecer certo paralelo entre os dois dizeres que tomamos como ponto de partida naquilo que diz respeito a *onde se busca o limiar do espaço clínico, em que nível da experiência analítica este se situa*. Lida-se, no primeiro exemplo, com o que extravaza uma borda que, no segundo, não se faz valer como deveria para deixar fora o que não lhe pertence. Não se trataria, assim, em um modelo implícito, da mais clara delimitação do espaço clínico como *partes extra partes*? E, portanto, como *res extensa*?

Referimo-nos, aqui, com evidência, ao sistema cartesiano, no qual a radicalidade da dúvida hiperbólica, do *cogito* como pedra angular, sustenta a divisão fundamental entre coisa pensante (*res cogitans*) e coisa extensa (*res extensa*), mente e corpo – mantidas sob a garantia de um Deus inferido e sustentado a partir do exercício da razão².

A esta segunda *res*, do domínio dos corpos, da materialidade, virá marcar a extensão enquanto ocupação do espaço tridimensional: “Se tentasse talvez descrevê-la tal qual minha mente a concebia,” dirá Descartes, acerca da natureza do corpo, “explicava-o desta maneira: entendo por corpo tudo aquilo o que pode terminar por alguma figura, estar circunscrito em algum lugar e *preencher um espaço do qual exclui todo outro corpo*”³. Tendo estabelecido para si a premissa de só admitir como verdadeiro aquilo que seu intelecto percebe clara e distintamente, sendo a percepção aqui um ato de entendimento⁴, Descartes segue, mais à frente: “Com efeito, imagino distintamente a quantidade que os filósofos chamam de ordinário contínua ou, antes, a extensão em comprimento, largura e profundidade dessa quantidade ou da coisa por ela quantificada”⁵. “Tenho a ideia distinta do corpo, como coisa apenas extensa não-pensante”⁶.

Uma determinada *quantidade* de algo, quantidade esta que possui a propriedade de ocupar o espaço tridimensional, com comprimento, largura e profundidade, excluindo deste espaço toda e qualquer outra quantidade que o poderia ocupar. É disso que se trata na clínica psicanalítica?

² Descartes, R. (2004). *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Campinas: Editora da UNICAMP.

³ Descartes, R. (2004). Op. cit. p. 47, grifo nosso.

⁴ “[...] os próprios corpos são percebidos não propriamente pelos sentidos ou pela faculdade de imaginar, mas, pelo intelecto somente, e não são percebidos por serem tocados ou vistos, mas unicamente por que entendidos”. Descartes, R. (2004). Op. cit. p. 63.

⁵ Descartes, R. (2004). Op. cit. p. 133.

⁶ Descartes, R. (2004). Op. cit. p. 169.

Mais ainda, outro autor. John Locke⁷, em seu *Ensaio acerca do Entendimento Humano*⁸, traz a ideia de solidez, tomada como aquilo que, estando no ‘entre’, “impede a aproximação de dois corpos, quando estão se movendo um na direção do outro”⁹. Tal ocorreria, por exemplo, quando dois dedos pressionam uma folha de papel: dado que não se tocam, conclui-se que a folha possui a propriedade de solidez. Consiste, segundo o filósofo, em

uma ideia muito intimamente ligada e essencial ao corpo, de tal modo que em nenhum outro lugar pode ser encontrada ou imaginada *exceto na matéria*, embora nossos sentidos não a observem a não ser em massas de matéria, num volume suficiente para causar em nós uma sensação.¹⁰

A solidez seria, portanto, inseparavelmente inerente ao corpo, em suas partículas mais minúsculas, as quais existem da matéria. Seja onde for ou quaisquer sejam as modificações pelas quais passe um corpo, o solidez lhe será inerente¹¹. E ainda, passo fundamental: “em qualquer lugar que imaginemos certo espaço ocupado por uma substância sólida, concebemo-lo contendo-a de tal modo que exclui todas as outras substâncias sólidas”¹². Novamente, *partes extra partes* como fundamento ligado ao plano dos corpos, da materialidade, da solidez.

Todos os corpos do mundo, pressionando uma gota de água em todas as direções, jamais serão capazes de superar a resistência dela, embora tão mole, para se aproximarem reciprocamente, até que seja retirada de seu caminho, deste modo, nossa ideia ordinária de solidez distingue-se tanto do espaço puro, que não é capaz de resistência nem de movimento, como da ideia de dureza^{13 14}.

Refazemos, então, a pergunta, tomada aqui como hipótese: tratar a questão do clínico em termos de algo que se delimita como um dentro marcado por uma referência

⁷ A escolha não é ao acaso, tendo em vista o papel de Locke como autor proeminente de empirismo britânico.

⁸ Locke, J. (1999). *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo. Nova Cultural.

⁹ Locke, J. (1999). Op. cit. p.67.

¹⁰ Locke, J. (1999). Op. cit. p.67. Grifo nosso.

¹¹ Em Descartes, tal propriedade poderia ser tomada como a referida extensão. Contudo, no pensamento de Locke este segundo termo toma outra conotação, a saber, aquela de distância, de capacidade. Poderíamos assim pensar que à posição do conceito de extensão no sistema cartesiano, como ocupação do espaço tridimensional, corresponde aquela da solidez no sistema de Locke. A ideia de solidez é a extensão do corpo diversa da extensão do espaço.

¹² Locke, J. (1999). Op. cit. p.68.

¹³ Para Locke, a ideia de dureza está relacionada à coesão da matéria, e não a sua quantidade.

¹⁴ Locke, J. (1999). Op. cit. p.68.

às bordas de uma sala de atendimento – e que, por vezes, por algum motivo, extravasa deste local –, não seria pensá-lo, este clínico, nos mesmos termos de um corpo, um sólido, *res extensa*? Em que a psicanálise nos autoriza a pensar o espaço com que opera a partir do mesmo modelo tridimensional que dispomos para pensar as propriedades de corpos extensos, sólidos, materiais¹⁵?

À possível e justa objeção de que seriam estes dois enunciados, certamente o primeiro mais do que o segundo, não muito mais do que metáforas, de pouca importância, mencionadas de forma irrefletida e despreziosa quanto a um esforço de formalização devidamente teórico e sério, a esta possível e justa objeção, diríamos: não serão as metáforas as mais claras enunciativas dos modelos e lógicas subjacentes que regem nosso fazer? Haveríamos então que investigar, ou ao menos considerar, postular a hipótese de que operaria aí uma lógica da qual decorre a substancialização, essencialização, entificação da clínica na figura de um invólucro, de um sólido, ou de um fluido que escorre – e pensar sua legitimidade e seus efeitos na prática que se conduz, especialmente em um contexto institucional.

Sendo assim, como tomar a afirmativa de Lacan, acerca da articulação do discurso analítico, onde “o sujeito se manifesta em sua hiância, ou seja, naquilo que causa o seu desejo”¹⁶, com a matemática, um discurso “tão mais puro, que torna bem mais manifesto o fato de que *só há gênese, de discurso*”^{17,18}? Em quantas dimensões se inscreve o discurso?

Ainda:

Que esta *topologia* convirja com nossa experiência a ponto de nos permitir articulá-la, não estará aí algo que poderia justificar aquilo que, nisto que coloco, se suporta, se ouspiora, em *não recorrer jamais a nenhuma substância, em não se referir jamais a nenhum ser, e por estar em ruptura para com o que quer que seja que se enuncie como filosofia*?¹⁹

Nenhuma substância, nenhum ser, ruptura com a filosofia. A convergência da experiência psicanalítica com a topologia e o discurso matemático, um discurso que

¹⁵ Se nos é permitido um chiste, acaso poderíamos prender “a clínica” por entre nossos dedos, tal como a folha de papel, percebendo que estes não se tocam?

¹⁶ Lacan, J. (2008c). *O Seminário: livro 20*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 17.

¹⁷ Preferimos a versão de Ricardo Rodriguez Ponte: “no hay génesis más que de discurso”. Para sua versão, acessar <<http://www.lacanterafreudiana.com.ar/2.1.9.1%20CLASE%20-01%20%20S20.pdf>> (recuperado em 10/11/2015).

¹⁸ Lacan, J. (2008c). Op. cit. p. 17-18. Grifo nosso.

¹⁹ Lacan, J. (2008c). Op. cit. 18. Grifos nossos.

deixa claro em seu campo que toda a gênese é discursiva (e, portanto, obviamente, independe que qualquer substância, materialidade ou essência). A proposta radical de Lacan nos toca, no que tange à presente discussão, e neste momento, especialmente quanto à primeira proposição. A problemática da substância, por si, levar-nos-ia a uma longa retomada de não pequena parte do pensamento ocidental, partindo ao menos da diferenciação dos *hypokeimenon* e *ousia* aristotélicos. Contudo, em função do escopo limitado do qual dispõe esta escrita, propomos aqui um curto-circuito²⁰, tomando o substancial como do campo do corporal, tridimensional, *res extensa*. Tal consideração faz-se tanto mais pertinente quando pensamos no que a este termo se liga no uso comum, no qual vige a pregnância da matéria como sua correlata: “Aquilo que subsiste por si; matéria; essência; natureza de uma coisa; [...] diversas modalidades de apresentação da matéria química”²¹. “1.A parte real, ou essencial, de algo. 2.A natureza dum corpo; matéria.[...]”²².

Desta forma, poderíamos extrair a conclusão de que, constituindo-se o discurso analítico enquanto ausente de qualquer recurso a uma substância, tomar o espaço no qual se exerce a partir das propriedades de uma *res extensa* – e *qualquer res* cartesiana²³, para dizê-lo bem – não poderia ser senão... impróprio. Haveríamos de buscar em outro plano, que não o tridimensional, um possível modelo espacial para dar conta da experiência e da clínica psicanalítica. Pergunta esta que não parece-nos ser de todo recente: acaso não seria justamente isto que estaria em jogo, dentre outros elementos, na extensa discussão da psicanálise quanto ao que se oscila em se denominar como “*setting*”, “enquadre”, “campo” ou “situação” analíticos?

A psicanálise, como não se cansa de dizê-lo, opera uma subversão do sujeito na proposição do inconsciente e em sua formalização conceitual. Tal subversão, contudo, traz também consigo consequências no campo da organização do espaço, a saber, a correlata subversão do espaço euclidiano tridimensional²⁴. “Se trabalharmos a noção de

²⁰ Tomado emprestado da proposição de Alfredo Eidelsztein, em fala acerca da classe em questão, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=eolI3BTYYI4>> (recuperado em 28/07/2015).

²¹ Bueno, S. (2000). *Silveira Bueno: minidicionário de língua portuguesa*. São Paulo: FDT. p. 761.

²² Ferreira, A. B. H. (2008). *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo. p. 457.

²³ Temos presente a proposição de Lacan acerca da *res* que, de fato, concerniria à experiência analítica, não presente no sistema cartesiano: a *res* gozante, mencionada pela primeira vez no seminário XX, p. 35. Em função do escopo e do objetivo deste escrito, deixamos esta problemática aqui reduzida a uma menção e, talvez, ao apontamento de outra via a articular acerca da presente temática.

²⁴ Nasio, J.-D. (1993). *Cinco Lições Sobre a Teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar. ; Rivera, T. (2008). Ensaio sobre o espaço e o sujeito: Lygia Clark e a psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 11(2), 219-238.

inconsciente,” ressalta Nasio, “se a pensarmos e a retomarmos incessantemente, e se, com ela, esclarecemos nossa prática, veremos, progressivamente, dissiparem-se em nós esses preconceitos constituídos pelo tempo cronológico, pelo espaço euclidiano e pela unidade egoica da pessoa”²⁵. Ora, sendo a subversão do sujeito e do espaço uma consequência dos conceitos mesmos com os quais trabalha a psicanálise, encontraríamos alguma dificuldade em situar de forma natural nas paredes de uma sala de atendimento as bordas do espaço que se instaura em sua práxis. Mais ainda se sua inserção se dá em um contexto institucional. Em grande parte, nosso estudo se orienta a partir da pergunta acerca das consequências para a prática da psicanálise em uma instituição, tomando como tese a subversão do espaço euclidiano que é a marca e a necessidade lógica de seus próprios conceitos.

Desta forma, pensamos que há algo mais a pensar, nesta prática, para além da prescrição *partes extra partes* do dentro e do fora impenetráveis, ou do transbordamento das paredes. Para tomarmos emprestada a expressão de Bachelard²⁶, não haveria aí uma “cancerização geométrica” do pensamento psicanalítico? Ou ainda, retomando, em analogia, o que Lacan propõe no seminário XVI sobre a duvidosa delimitação do psíquico em um saco de pele²⁷, não padeceria a psicanálise, ao tomar o ‘saco de concreto’ de uma sala de atendimento como as bordas do ‘dentro’ do seu fazer, de um efeito de “cretinização”?

Buscamos, então, pensar o espaço clínico em psicanálise (o espaço analítico) e sua relação com o espaço institucional. Não se trata de analisar aqui esta ou aquela instituição, este ou aquele local de inserção, naquilo que trava ou possibilita, em sua formação particular, a prática psicanalítica, em suas idiosincrasias, suas expansões, seus “transbordamentos” – muito menos, por certo, como enaltecimento ou crítica a uma instituição específica, esforço que não encontraria muito motivo de ser no para- além desta especificidade, cabendo melhor ao debate interno ou algo de tal sorte. Não se trata, pois, de uma análise da experiência particular, a partir da experiência particular, pela experiência particular, ou de um testemunho de como esta “nova experiência”, decorrente de um novo contexto de inserção, operaria de forma a apontar a insuficiência mesma dos referenciais teórico-clínicos para dela dar conta, a serem, então, modificados, reelaborados, descartados. Antes, parece-nos que a discussão padece de

²⁵Nasio, J.-D. (1993). Op. cit. p.76.

²⁶ Bachelard, G. (2008). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes.

²⁷ Lacan, J. (2008b). *O Seminário: livro 16*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 274.

doxa, de uma concepção comum e intuitiva do espaço como tridimensional, tão atacada desde o advento da topologia²⁸, intuição excessiva que traz a necessidade de uma indagação lógica a partir dos operadores conceituais dos quais nos valem – ou deveríamos estar nos valendo.

“Afirmamos, quanto a nós,”, diz Lacan, “que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam”²⁹. Procuramos sustentar nestas palavras o espírito deste escrito, no que vemo-lo tomar forma a partir de um resgate e uma pergunta: se, na radicalidade de operar de fato com os conceitos que fundamentam a prática psicanalítica, não encontraríamos a questão já posta de outra forma, em outro nível.

Breve excursão epistemológico e delimitação mínima da psicanálise no campo da práxis³⁰

“Antes de fazer os fatos falarem, convém, com efeito, reconhecer as condições de sentido que os dão a nós como tais.”³¹

Das breves e parciais considerações sustentadas até aqui, que orientam nosso trajeto e marcam a leitura aqui proposta, a partir dos recortes que elegemos, decorre que o objeto de nosso questionamento não está para ser encontrado em uma base experiencial, empírica e quantificável, mas na complexa relação entre uma teoria e o campo operatório que dela decorre. Neste sentido, e aqui antecipamos uma consequência possível de nossa reflexão, tomamos como hipótese a anterioridade lógica do conceito e do discurso em relação a qualquer elemento objetivável na experiência dita empírica. Consideramos, ainda, que as posições sustentadas a partir do conjunto de citações que trouxemos de Lacan até aqui³² – a suspeita da evidência quando toma a forma de ideia aceita, a defesa de que toda gênese é de discurso, o fato de que a técnica perde o sentido (na forte polissemia do termo) por desconhecer os conceitos nos quais

²⁸ Cf. Eidelsztein, A. (2012). *La topología en la clínica psicoanalítica*. Buenos Aires: Letra Viva.

²⁹ Lacan, J. (1998c). *Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise*. Op. cit., p. 247.

³⁰ “[...] uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico”. Lacan, J. (1988). *O Seminário: livro 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. p. 14.

³¹ Lacan, J. (1998a). *Acerca da causalidade psíquica*. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 163.

³² Reconhecendo de bom grado com isso que não há nada que impeça a possibilidade de haver outras citações de Lacan, a compor outro conjunto, que sustentem o contrário. Parece-nos claro, no momento, que uma “guerra de citações” não nos levaria muito longe, especialmente se tomados pelo afã – que às vezes parece corrente –, de estabelecer a verdade última (“ultimíssima”) do autor em questão.

se fundamenta, o postulado de que há condições de sentido anteriores à apresentação dos fatos, e que operam nesta apresentação – parecem-nos dar lastro suficiente para propor a leitura de que o sistema teórico lacaniano admite e opera com esta suposição de anterioridade.

Isto põe destarte em jogo uma problemática que não poderia ser senão espinhosa, e que não raro insiste em se fazer presente em discussões não só concernentes à psicanálise, mas também a vários outros campos de saber ao longo da história do desenvolvimento do pensamento ocidental. Trata-se, aqui, de uma questão epistemológica – cuja evitação prestaria um desserviço ao propósito de nossa escrita, embora esta não consista em uma discussão de epistemologia. Uma questão, mais especificamente, acerca das relações entre o campo do conceito e o da experiência, se podemos chamá-los assim, no que concerne à lógica temporal envolvida no engendramento de um elemento neste jogo relacional.

Evocamos aqui, portanto, a discussão epistemológica que se estabelece na tensão entre o que se constitui enquanto dois grandes paradigmas. O primeiro, “indutivo”, sustenta a produção de saber a partir da acumulação de dados puros da experiência empírica e posterior sistematização conceitual, ao passo que o segundo, “hipotético-dedutivo”, pressupõe a pergunta e a hipótese como *delimitadoras* do campo da observação e da experiência, que, como tal, viria depois. Alfredo Eidelsztein, em um texto no qual discute as relações entre ciência e psicanálise, apresenta a questão nos seguintes termos:

A existência da matéria observável investida de energia, a observação neutra e a obtenção de conclusões a partir de repetidas experiências idênticas, é uma concepção da atividade científica – o indutivismo – que é sustentada na atualidade quase exclusivamente por M. Bunge; a concepção oposta – o “hipotetismo dedutivista” – que afirma que se parte sempre (o que há primeiro é) de uma ideia, hipótese ou pergunta e que o observável e experimentável só advém depois, é sustentada por todas as distintas correntes epistemológicas do século XX (ao originadas nas concepções de Koyré, Bachelard, Kuhn, Lakatos, Popper, Feyerabend, Chalmers, etc.). Este último é quase o único ponto no qual todas estas orientações coincidem. [...] é uma concepção da elaboração do saber científico – tanto sua estrutura, como seus elementos, operações e impossíveis intrínsecos – que sustenta que só em algumas oportunidades se chega à contrastação

empírica, a qual nunca é absoluta e definitivamente confirmatória de nenhum modelo teórico (o que se conhece como problema do cisne negro).³³

Julgamos, então, que tomar a sério as proposições de Lacan presentes no conjunto de citações que até aqui apresentamos, no que tange a suas implicações epistemológicas, nos aponta para a segunda via – leitura sustentada também por Eidelsztein no texto citado.

Levemos um pouco mais adiante nossa reflexão acerca desta interessante problemática. Como pensar a modificação, a delimitação do campo experiencial a partir de um conceito, ou de um sistema conceitual, de que forma demonstrar, digamos assim, a anterioridade do segundo em relação ao primeiro? Evocamos aqui como modelo, portanto, uma discussão atinente ao campo da física contemporânea, mas que, em função de nossa pergunta central, nos interessa de uma forma particular.

Falamos aqui do conceito de dualidade onda-corpúsculo, tal como apresentado por Eidelsztein³⁴, que toma clara expressão, na história da física, na polêmica que se arma em torno da discussão quanto à natureza da luz, desde meados do século XVII. A pergunta é a seguinte: seria a luz um *corpúsculo* (fóton), uma partícula dotada de matéria que ocupa um lugar específico e exclusivo no espaço (propriedades que trabalhamos em função da *res extensa* no capítulo anterior), ou seria ela uma *onda*, estendida pelo espaço e sem massa, superpondo-se a outras ondas e causando relações de interferência? À época, menciona o autor, a física dava consistência ao impasse a partir de duas teorias divergentes: o modelo ondulatório de Christian Huygens e o corpuscular de Isaac Newton. A resolução do conflito: “como era de esperar, dados nossos seculares substancialismo e empirismo, se impôs por quase um século a teoria corpuscular”³⁵.

A partir dos desenvolvimentos mais recentes das físicas, a dualidade onda-partícula “se converteu em um conceito essencial e indiscutivelmente aceito pela comunidade científica; que afirma que, em mecânica quântica, *não há diferenças*

³³ Eidelsztein, A. (2014b). *La ciencia y el psicoanálisis*. Disponível em: <<http://www.elsigma.com/psicoanalisis-y-ciencias/la-ciencia-y-el-psicoanalisis/12738>> (recuperado dia 28/07/2015). Tradução nossa.

³⁴ Cf. Eidelsztein, A. (2014a). El origen del sujeto en psicoanálisis: Del Big Bang del lenguaje y el discurso en la causación del sujeto. *El rey está desnudo*. Nº 5. Buenos Aires: Letra Viva. p.42-43. Tradução nossa.

³⁵ Eidelsztein, A. (2014a). Op. cit. p.42. Tradução nossa.

fundamentais entre ondas [...] e as partículas”³⁶. A questão se delimita a partir da *posição do observador*:

Hoje se sabe que a luz (ondas eletromagnéticas observáveis pelo olho humano) possui uma natureza insuspeitada pelo sentido comum: dependendo de como a observemos, será uma onda ou uma partícula (fótons). A questão é, no entanto, muitíssimo mais ampla: tudo pode ter propriedades de onda ou propriedades de partícula; depende de como observemos e como queiramos concebê-lo.³⁷

Do que decorre o rechaço lógico da posição comum, empirista, de que as coisas “são como são”, e estão anteriores a qualquer observação – observação esta que, se neutra e metódica o suficiente, poderá acessar a alguma verdade possível das coisas. “Há que aceitá-lo: a realidade física como tal não está antes.”³⁸ Esta é a conclusão a que somos levados. E, se não está antes, é determinada pelo sistema simbólico e pela posição do observador que a antecede.

Permitam-nos fazer notar, caso ainda não se tenha feito aparente, que esta tensão onda-partícula, como já dissemos, constitui importante paralelo com nosso problema central. Ela corre, por assim dizer, de forma latente ao longo de nosso escrito, ao menos por enquanto, e fornece uma chave de leitura para sua possível conclusão. Em certa medida, toma forma na seguinte pergunta: dado que a ‘realidade física’ da clínica não está antes, e que a posição e o sistema simbólico que adotaremos moldará fundamentalmente nosso campo operatório, qual seria o modelo mais adequado a adotarmos para pensar a clínica psicanalítica, um corpuscular ou um ondulatório? Qual concepção se encontra em um diálogo, digamos, mais preciso com os conceitos do campo teórico lacaniano? Não se trata, aqui, de anunciar uma verdade imutável, mas apontar para o fato de que, em função do modelo espacial que elegermos para nossa prática, decorrente de supormos uma ‘clínica como onda’ ou uma ‘clínica como partícula’, se armará determinado conjunto de consequências específicas para esta prática – que não possuem valorização *a priori*, a qual decorrerá, talvez, de uma ética.

Antes de prosseguirmos, deparamo-nos com o fato de que estas considerações, e em função da forma como nos foi possível apresentá-las, trazem consigo o que nos parece a necessidade de uma ponderação e um esclarecimento.

³⁶ Eidsztein, A. (2014a). Op. cit. p.42. Tradução nossa. grifo nosso.

³⁷ Eidsztein, A. (2014a). Op. cit. p.43. Tradução nossa.

³⁸ Eidsztein, A. (2014a). Op. cit. p. 38. Tradução nossa.

A ponderação: tais considerações fazem notar que, embora pareça presente com certa firmeza certa posição hipotético dedutiva no pensamento de Lacan, o mesmo não se dá com Freud. Há neste, em grande parte em função do espírito científico presente em sua época, uma profunda tensão, pontos de equívoco e impasse entre as posições apresentadas. Freud, parece-nos, ao mesmo tempo que nutre um ideal de ciência positivista, constituída na crença da observação empírica objetiva, também abre espaço para a consideração do caráter algo ‘mítico’ dos conceitos que fundamentam nossa prática e constituem seu campo relativo de operações. Isto se reflete nas leituras que se faz de Freud. Por um lado, tal impasse permite a Eidelsztein afirmar “Freud foi indutivista e sustentou uma posição idêntica à do empirismo lógico do Círculo de Viena [enquanto] Lacan foi um firme sustentador do modelo hipotético dedutivo.”³⁹. Por outro, permite a Garcia-Roza, acerca do conceito de pulsão, sustentar:

Trata-se de uma convenção (Konvention), nos diz ele, ou de uma ficção, uma ficção teórica, como são os conceitos fundamentais de qualquer ciência. Sua característica principal não é descrever a realidade, mas explicá-la (melhor seria dizer “constituí-la”); não são retirados da realidade a partir da observação, mas criados com a finalidade de constituir uma nova inteligibilidade.⁴⁰

Temos, na abertura de “Pulsões e destinos da pulsão”⁴¹, que “o verdadeiro início da atividade científica consiste muito mais na descrição de fenômenos que são em seguida agrupados, ordenados e correlacionados entre si”. Nela, contudo, abre-se algum espaço para pensar a influência de ideias prévias e convenções sobre a descrição do material empírico – embora retome-se que tais convenções prévias deverão ser adotadas em função mesmo deste material. Na conferência introdutória XXXV⁴², “Acerca de uma visão de mundo [*weltanschauung*]⁴³”, Freud é mais taxativo. Propõe a psicanálise como subordinada à posição científica, posição esta definida da seguinte forma:

³⁹ Eidelsztein, A. (2014b). *La ciencia y el psicoanálisis*. Op. cit. Tradução nossa.

⁴⁰ Garcia-Roza, L. A. (2008). *Introdução à metapsicologia freudiana. Artigos de metapsicologia: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente* (7a ed., Vol. 3). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. p. 79.

⁴¹ Freud, S. (2004). As pulsões e os destinos da pulsão. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Ed. p 145.

⁴² Freud, S. (2010a). Acerca de uma visão de mundo. In: *Obras Completas, volume 18*. São Paulo: Cia das Letras.

⁴³ Proposta no texto como uma “construção intelectual que, a partir de uma hipótese geral, soluciona de forma unitária todos os problemas de nossa existência, na qual, portanto, nenhuma questão fica aberta, e tudo que nos concerne tem seu lugar definido”. Freud, S. (2010a). Op. cit. p. 322.

O pensamento científico não é diferente, em sua natureza, da atividade normal do pensamento que todos nós [...] desempenhamos ao lidar com nossos assuntos a vida cotidiana. Ele apenas configurou-se de modo particular em alguns traços, interessa-se por coisas que não têm utilidade direta e palpável, empenha-se em manter cuidadosamente à distância fatores individuais e influências afetivas, verifica mais rigorosamente a confiabilidade das percepções sensoriais em que baseia suas conclusões, cria novas percepções, que não podem ser alcançadas com os meios cotidianos, e isola as determinantes dessas novas descobertas em experiências que são propositalmente variadas⁴⁴. Ele busca obter uma correspondência com a realidade, ou seja, com o que existe fora de nós, independente de nós e que, como nos ensina a experiência, é decisivo para o cumprimento ou fracasso de nossos desejos. Essa concordância com o mundo exterior nós chamamos de “verdade”.⁴⁵

Ao mesmo passo, em sua carta a Einstein, “Por que a guerra?”, datada da mesma época que suas Novas Conferências Introdutórias – 1932 –, lhe diz:

Talvez o senhor tenha a impressão de que nossas teorias são uma espécie de mitologia, que nem mesmo é agradável neste ponto. Mas toda ciência não termina numa espécie de mitologia? Parece-lhe diferente na física de hoje?⁴⁶

O esclarecimento: muito embora assumamos como axioma a anterioridade lógica da teoria, do conceito e do discurso em relação ao universo concernente a uma operação e seu campo empírico, isso por certo não implica que tomemos a teoria como sistema fechado e completo – há faltas, falhas e impossíveis intrínsecos a todo e qualquer sistema teórico⁴⁷. Com isso, fica claro que também a experiência, apesar de segunda, não é abolida do processo de reflexão, uma vez que opera de forma a demonstrar, pôr em evidência, as falhas e os limites do saber em questão. Trata-se, portanto, de uma posição que se põe em ruptura não apenas com um empirismo ingênuo, mas também com um pretense idealismo. Há uma precariedade, afirma Lacan⁴⁸, nisto que se constitui enquanto realidade – trama simbólico-imaginária. Na perspectiva da psicanálise, a realidade é precária.

⁴⁴ Único elemento da ciência com o qual não contaria uma psicanálise, p.343.

⁴⁵ Freud, S. (2010a). Op. cit. p. 338.

⁴⁶ Freud, S. (2010b). Por que a guerra? In: *Obras Completas, volume 18*. São Paulo: Cia das Letras. p.429.

⁴⁷ O que poderíamos relacionar ao princípio da incompletude de Gödel, trabalhado por Lacan em determinados momentos de sua obra. Lacan que, inclusive, confere em sua teoria especial posição ao que denomina “falta no Outro”, “Outro barrado”, etc. O seja: o Outro como tal não é completo, há uma falta que lhe é inerente e ineliminável, uma vez que esta falta é um fato de estrutura.

⁴⁸ Lacan, J. (2008a). *O Seminário: livro 7*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 42.

Nenhuma filosofia, até então, levou as coisas tão longe nesse sentido. Não que a realidade seja aí colocada em questão – não é certamente colocada em questão no sentido em que os idealistas puderam fazê-lo. Ao lado de Freud, os idealistas da tradição filosófica não são mais que bagatela, pois, *no fim das contas, essa famosa realidade, eles não a contestam seriamente, eles a domam. O idealismo consiste em dizer que somos nós que damos a medida da realidade, e que não se deve buscar para além disso.* É uma posição reconfortante. A de Freud, aliás como a de todo homem sensato, é coisa bem diferente.⁴⁹

Estabelecem-se assim as bases para que tomemos a experiência desde outro lugar, conferindo-lhe outro sentido, seu sentido forte, por assim dizer: a experiência seria a via, o ponto no qual se evidencia o real enquanto impossível de um sistema simbólico – no caso, teórico.⁵⁰ Temos bem assinalado o retorno à função da clínica, como propõe Ana Cristina Figueiredo: “Esta sim, o elemento-surpresa que provoca a teoria em seu alcance explicativo e resolutivo”⁵¹.

Mais ainda, cabe sempre ressaltar: a teoria psicanalítica foi pensada enquanto fundamentação de um método de tratamento, é em função desta dimensão que se situa seu modelo teórico, dimensão esta que participa intimamente na delimitação dos limites de seu campo. Com isso, furta-se à pretensão do estabelecimento por si de um sistema ontológico, epistemológico, ou mesmo ético, universal⁵² (nisso lembramos a posição de Freud: a psicanálise não é uma *weltanschauung*⁵³, bem como já citado rechaço de uma posição filosófica, a partir de Lacan). Da própria pena de Lacan:

Estas afirmações indicam apenas uma *direção de trabalho* – que só concernem àqueles que podem funcionar com elas. Foi por isso mesmo que não julgamos dever compilar nossos *Escritos* para um público mais vasto que *aquela a que eles se endereçam: a saber, os psicanalistas* – até agora.⁵⁴

⁴⁹ Lacan, J. (2008a). Op. cit. p 42. Grifo nosso.

⁵⁰ Uma via não sistematizável objetivamente, por certo, como pretenderia o empirismo, mas que tomaria para si algo de um caráter de irrupção, de corte, de quebra, de ruptura.

⁵¹ Figueiredo, A. C. (1997). *Vastas Confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. p.33.

⁵² Aos que estranhem esta pontuação, seria necessário situar quantas vezes Lacan, ao longo de seu seminário, declarou dirigir-se somente a psicanalistas?

⁵³ Freud, S. (2010a). Op. cit.

⁵⁴ Lacan, J. (2003b). Pequeno discurso na ORTF. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 229. Grifos nossos.

Retomemos então, a partir das considerações tecidas até aqui, o fio de nosso percurso: Iniciamos nosso escrito indagando-nos acerca de como se conforma o espaço analítico, de que concepção de espaço nos valermos em psicanálise e quais as consequências desta escolha para sua prática. Estabelecemos com isso uma posição, a partir do diálogo com algumas citações de Lacan, que sustenta a anterioridade do sistema conceitual em relação à experiência, do que decorre a leitura de que o espaço de que se vale uma análise não está antes de sua teorização, mas é efeito desta. Aclaremos aqui que nossa proposição implica também em pensarmos o problema do modelo espacial como *decorrente* do trabalho conceitual *interno* à psicanálise como proposta teórico-clínica – uma vez que não consiste em repensar a psicanálise a partir de uma teoria outra acerca do espaço. Supomos aqui que o esforço de uma crítica ‘externa’, digamos, não nos conduz longe o suficiente: não é o mesmo propor uma reflexão, por exemplo, a partir da física quântica e transpor nossas conclusões para a psicanálise que partir das necessidades lógicas desta para depois dialogar com a primeira, especialmente quando a questão reside, e resiste, em seu campo.

Falamos neste escrito em ‘espaço analítico’, e talvez o próximo passo seja agora pensar no que o definiria como tal. Ora, para fazer andar o pensamento, se nos é permitida uma posição que pareça em um primeiro momento irônica ou tautológica, propomos pensar, a exemplo da formulação lacaniana de que “uma psicanálise, padrão ou não, é o tratamento que se espera de um psicanalista”⁵⁵, que o espaço analítico, padrão ou não, é aquele no qual transcorre uma psicanálise.

Sigamos mais um pouco. Se o espaço analítico é aquele no qual transcorre um tratamento psicanalítico, pensá-lo implica que demarcemos a especificidade, o traço diferencial de uma psicanálise em relação a outras modalidades de tratamento. Mas como então defini-la? A psicanálise não é um tratamento como os outros, isto é claro, mas o que a diferencia?

A resposta não está para ser encontrada no campo da técnica, conclusão que supomos estar embasada o suficiente até aqui por nossas considerações. O afã de delimitar a psicanálise por este plano, o que se deve fazer ou deixar de fazer, inclusive, é um dos principais elementos que Lacan denuncia no espírito psicanalítico no momento em que tem início seu ensino.

⁵⁵ Lacan, J. (1998g). Variantes do tratamento-padrão. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 331.

O que marca o advento da psicanálise há que ser situado, portanto, para além da prescrição tecnicista de condutas específicas; algo em relação a um fundamento, um elemento mínimo radical que a diferencie, e do qual decorram as articulações com os demais conceitos e suas consequências práticas. Assim, propomos, e não o propomos sozinhos⁵⁶, que a psicanálise, enquanto sistema teórico-clínico, tem por marca fundamental a inclusão em seu campo operatório do sujeito do inconsciente.

Este sujeito, em que ele consiste? Em função de situá-lo minimamente, iniciemos logo pela via de uma definição negativa, posto que com ela deixamos claro desde o princípio do que *não* se trata. O sujeito, em psicanálise, *não* corresponde a um indivíduo, uma pessoa, um cidadão, tampouco um ser humano, paciente ou mesmo um analisante⁵⁷. Nisto, Lacan é categórico: “toda tentativa, ou mesmo tentação – nas quais a teoria em curso não deixa de ser reincidente – de encarnar ainda mais o sujeito é errância: sempre fecunda em erros e, como tal, incorreta.”⁵⁸

O estatuto do sujeito, tal como evidenciado pela posição lacaniana, é de fato muito menos autoevidente. Segundo Lacan, em “A ciência e a verdade”⁵⁹, e esta é uma de várias formas de situá-lo ao longo de sua obra, o sujeito com o qual opera a psicanálise nasce no advento da ciência moderna, no que esta consiste em uma nova operatória com o saber, marcada pelo passo cartesiano (aludido no capítulo anterior). Lembremos, Descartes ocupava-se de uma pergunta: ‘como posso ter certeza de algo?’, ou, de forma mais específica, ‘como certificar-me de que é verdade isso que constitui meu saber, como determinar a veracidade de um fato, de um conhecimento?’. Há um corte aí, nesta dúvida radical, nesta queda do saber absoluto, como se pode notar, há um desliz, uma hiância, e é aí que Lacan situa seu sujeito: o sujeito como corte entre saber e verdade.⁶⁰ Tal afirmação carrega claramente consigo a potência – e também, admitimos, a necessidade – de um maior desdobramento conceitual, apontando para um caminho profícuo de investigação do qual não brotariam poucos frutos. No entanto, em função do escopo limitado de nosso esforço de escrita, restrinjamo-nos a fazer notar, e talvez isto baste por enquanto, que esta definição não poderia encontrar qualquer

⁵⁶ Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3), 00; Elia, L. (2000). Psicanálise: Clínica e pesquisa. In S. Alberti, & L. Elia, (Org.), *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos; Elia, L. (2010) *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar. 3ª Ed.

⁵⁷ Cf. Elia, L. (2000). Psicanálise: Clínica e pesquisa. Op. cit.; Eidelsztein, A. (2014a). El Origen del Sujeto. Op. cit.; Lacan, J. (1998b). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

⁵⁸ Lacan, J. (1998b). A ciência e a verdade. Op cit. p.873

⁵⁹ Lacan, J. (1998b). A ciência e a verdade. Op cit.

⁶⁰ Lacan, J. (1998b). A ciência e a verdade. Op cit. p. 870.

expressão no mundo empírico tridimensional. Não há formas de situar em um espaço material os termos em questão, seja a verdade, seja o saber – tampouco, portanto, o sujeito. Com isso, percebemos que a problemática se situa fundamentalmente em *outro* campo, no campo do sentido e da significação; no campo, portanto, e aqui adiantamos o ponto nevrálgico desta discussão, da linguagem – o que nos aponta a via por seguir.

Cabe que clarifiquemos uma aparente contradição: se o sujeito com o qual opera a psicanálise é fundado no advento da ciência moderna, surgindo como produto mesmo da operação que a define, notamos, com Lacan, que o sujeito da psicanálise não pode ser senão o sujeito da ciência⁶¹. Desta afirmação aforismática parece derivar como consequência lógica a perda mesma do traço diferencial no qual situar a psicanálise, objeto de nossa busca neste ponto da investigação. A frase surge como contrassenso, constituindo um impasse que, no entanto, se resolve quando delimitamos que a diferença se dá na *posição* que cada uma confere a este elemento. Desta forma, como já enunciamos, o que marca a psicanálise é a inclusão de um sujeito que insiste desde o advento da ciência moderna – mas um sujeito que por esta é suturado, excluído.

Nós, em psicanálise, operamos sobre um sujeito (e não sobre uma pessoa humana, ou um indivíduo, por exemplo), que é o mesmo da ciência, que justamente não opera sobre ele — fragmento que é preciso acrescentar à frase. A subversão própria à psicanálise, em relação ao sujeito que já estava colocado pela ciência desde o seu advento como ciência moderna, é ter criado as condições de operar com este sujeito.⁶²

Podemos, assim, constituir um sistema de diferenças que nos permite situar mais claramente a psicanálise em relação a outras formas de operar com o sujeito, o saber e a verdade no campo da linguagem. Ao passo que na ciência busca-se a sutura do sujeito e na magia o sujeito está encarnado naquele que conduz determinado ritual⁶³, em psicanálise trata-se não só de trazê-lo à tona, como também de demonstrá-lo em sua sujeição aos meios que o engendram. “*Pois sua causa é o significante, sem o qual não haveria nenhum sujeito no real*”⁶⁴, aclara Lacan.

O sujeito da psicanálise é portanto um *efeito de linguagem*, produto da articulação significativa, e é *somente este o campo* que nos concerne para situá-lo e, com isso, nortearmos nossa operação em sua estrutura.

⁶¹ Lacan, J. (1998b) A ciência e a verdade. Op cit. p.873

⁶² Elia, L. (2010). O conceito de sujeito. Rio de Janeiro: Zahar. 3ª Ed. p. 15.

⁶³ Cf. Lacan, J. (1998b). A ciência e a verdade. Op cit.

⁶⁴ Lacan, J. (1998d). Posição do inconsciente. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 849.

Do campo que nos concerne (e suas consequências) – de uma concepção *moterialista* de espaço

Encontramo-nos, agora, em condições de avançar no argumento proposto. Retornemos então, pois sua continuação elucida o caminho por seguir, à citação que fecha a primeira seção deste escrito - e que, como dissemos, marca o que se pretende como seu espírito.

“Afirmamos, quanto a nós,” dizia Lacan, em seu Discurso de Roma, “que a técnica não pode ser compreendida nem corretamente aplicada, portanto, quando se desconhecem os conceitos que a fundamentam.” E aqui prosseguimos à frase subsequente: “*Nossa tarefa será demonstrar que esses conceitos só adquirem pleno sentido ao se orientarem num campo de linguagem, ao se ordenarem na função da fala.*”⁶⁵ Aqui reside, portanto, enunciado categoricamente, o ponto fulcral da posição lacaniana, a introdução de uma premissa que ressituará radicalmente, na psicanálise, as bases de seu fazer e as balizas de sua reflexão.

Deparamo-nos, neste discurso, que toma ares de um manifesto fundador, bem como ao largo de todo seu ensino, mas especialmente nos textos deste período inicial, com um Lacan crítico, preocupado com os rumos tomados pela psicanálise de sua época, uma psicanálise que pende cada vez mais a uma dissolução de sua proposta, uma vulgarização de seu ofício em prol de sua absorção ao domínio do neurobiológico⁶⁶. Uma psicanálise que, desconsiderando a especificidade do campo e dos meios dos quais se vale em sua práxis, responde a seus impasses transportando sua visada a um pretensão "mais-além", ao qual se manufatura um 'acesso' impreciso envolto em confusões e obscuridades. "Deixemos a cartola e passemos ao coelho", ironizará Lacan⁶⁷, buscando então demonstrar o quanto esta aura de imprecisões, decorrente por sua vez da própria imprecisão na delimitação do campo que nos concerne, deixa a "rédeas soltas" toda uma gama de "devaneios psicológicos". Tal impasse encontrará como resolução iatrogênica uma regulação autoritária da prática e da formação dos analistas, levados a “imitarem o rigor através da minúcia e confundirem regra e certeza”⁶⁸.

⁶⁵ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 247.

⁶⁶ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit.

⁶⁷ Lacan, J. (1998e). Situação da Psicanálise em 1956. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 465.

⁶⁸ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 239.

Sendo assim, poderíamos sustentar certa leitura do projeto lacaniano como uma proposta de restabelecer a reflexão acerca da práxis psicanalítica, e de seu estatuto no campo das ciências, a partir da consideração radical do *campo* que lhe diz respeito, da *função*⁶⁹ com a qual opera e, *por conseguinte*, da *materialidade* que lhe cabe. Trata-se para Lacan, neste que será tomado como o momento inaugural de seu ensino, de “renovar em sua disciplina os *fundamentos* que ela retira da linguagem”⁷⁰.

Para tanto, ataca com precisão o esquecimento sistemático, por parte dos psicanalistas de sua época, do que marca a especificidade mesma do método psicanalítico quando de seu surgimento, a partir da trajetória freudiana de tratamento e escuta da histeria. Há uma recusa, uma abstinência, na constituição mesma de um método enquanto psicanalítico, em relação ao que dele marcará diferença – intervenções pautadas em um paradigma psicofisiológico, em “estados de descontinuidade psicofisiológica”, a saber, a hipnose e a narcose. Desta forma, sustenta Lacan, esta recusa freudiana a tais recursos alija-nos da possibilidade de a eles recorrermos quer no tratamento, quer na explicação de sintomas na prática que nos cabe. Em outras palavras, não nos diriam respeito, como modelos explicativos ou matéria de intervenção, a neurobiologia ou a psicofisiologia (como tampouco concerniria qualquer combinatória entre tais termos), uma vez que nosso campo é de ordem diversa, assim como a função com a qual operamos.

Pois, se a originalidade do método [psicanalítico] é feita dos meios de que ele se priva, é que *os meios que ele se reserva bastam para constituir um campo cujos limites definem a relatividade de suas operações*.

Seus *meios* são os da *fala*, na medida em que ela confere um sentido às funções do indivíduo; seu *campo* é o do *discurso concreto*, como campo da realidade transindividual do sujeito; suas *operações* são as da *história*, no que ela constitui a emergência da verdade no real.⁷¹

O olhar dirige-se, desta forma, ao que constitui o núcleo, o fundamento de nossa experiência: a fala endereçada a outro/Outro. Trata-se de lembrar-nos, em certa medida, da obviedade ululante de que a psicanálise é um dispositivo de discurso. Um dispositivo

⁶⁹ Os conceitos de função e campo são retirados da matemática e da física, respectivamente. Para uma discussão mais aprofundada da temática, Cf. Krymkiewicz, M. (2013). Función de la palabra y campo del lenguaje: fundamentos de una ontología *moterialista*. *El Rey Esta Desnudo*, nº6. Buenos Aires: Letra Viva.

⁷⁰ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 239. Grifo nosso.

⁷¹ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit.. pp. 258-259. Grifos nossos.

em que entram em jogo, *na* e *pela* linguagem, sustentados na fala endereçada de um analisante a um analista, sintoma, desejo, saber, verdade, angústia, etc. Trata-se de lembrar-nos que, “sem dúvida, temos que dar ouvidos ao não-dito que jaz nos furos do discurso, mas isso não é para ser ouvido como pancadas desferidas atrás do muro [da linguagem]”⁷². Não lidamos com uma materialidade outra que não a materialidade do significante. A práxis que nos concerne deveria portanto relegar à categoria de ilusão, de equívoco, tal busca por operar mais além dos meios que constituem nosso campo – ou neste alhures buscar qualquer garantia ou delimitação. Um passo imprescindível, na ausência do qual resta-nos muito pouco para além da inevitabilidade de orbitar o inefável. E é, sustentamos, a partir deste elemento basal, e das consequências que dele derivam, que Lacan orientará seu ensino por vir, ao longo do qual articulará fortemente a psicanálise ao que denominará de ciências conjecturais⁷³ – grupo no qual incluirá, entre outros, a antropologia estrutural de Lévi-Strauss e a linguística de Saussure e Jakobson.

Campo da linguagem, função da fala, materialidade do significante. De tal premissa linguageira, chamemo-la assim, decorre uma série determinada de efeitos, consequências lógicas que reviram, subvertem, ressitua radicalmente o campo conceitual do qual nos valem e a partir do qual constituímos nossa intervenção.

O inconsciente, “conceito forjado no rastro daquilo que opera para constituir o sujeito”⁷⁴, será concebido, a partir de Lacan, como discurso do Outro, o Outro tomado como lugar da linguagem, tesouro dos significantes, e retirará seu estatuto de um jogo combinatório significante pré-subjetivo⁷⁵. Afirmá-lo estruturado *como* uma linguagem será, portanto, um pleonasma, uma vez que a estrutura para Lacan *é* a da linguagem⁷⁶. A linguagem *é condição* do inconsciente⁷⁷, tomado assim como uma cadeia de significantes que insistem na repetição⁷⁸. Nisto, o inconsciente perde qualquer possibilidade de ser identificado a um *dentro*, uma vez que se situa a partir do lugar, êxtimo, podemos dizer, da linguagem. Seu estatuto espacial, por delimitar-se a partir de

⁷² Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 308.

⁷³ Além da filosofia, das físicas, das matemáticas e tantos outros campos.

⁷⁴ Lacan, J. (1998d). Posição do inconsciente. Op. cit. p.844

⁷⁵ Lacan, J. (1988). *O Seminário: livro 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

⁷⁶ Lacan, J. (1966). Of Structure as the Inmixing of an Otherness Prerequisite to Any Subject Whatever. Disponível em <<http://www.lacan.com/hotel.htm>> (recuperado em 10/11/2015)

⁷⁷ Lacan, J. (1992). O Seminário: livro 17. Rio de Janeiro: Zahar. p. 39.

⁷⁸ Lacan, J. (1998f). Subversão do Sujeito. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 813.

uma combinatória significativa, fruto, ressaltamos, da *operação do analista*, será aquele de uma borda como superfície topológica⁷⁹.

Nesta dinâmica, o sujeito, “constituído pela existência do significante como tal, único suporte possível do que é para nós originalmente a experiência de repetição”⁸⁰, se exprimirá como aquilo que um significante representa para outro significante, o que confere sua estrutura à relação analítica: “Mas esse sujeito é o que o significante representa, e este não pode representar nada senão para um outro significante: *ao que se reduz, por conseguinte, o sujeito que escuta*”⁸¹. Tal concepção permitirá a Lacan formalizar, três anos mais tarde⁸², a transferência, elemento fundamental de nosso ofício, orientada pela baliza do sujeito suposto saber, em termos de um produto da articulação significativa.

$$\frac{S \longrightarrow S^q}{s(S^1, S^2, \dots S^n)}$$

Um significante (S), que se dirá da transferência, articulado a um significante qualquer (S^q), atribuído ao analista sem ter com sua pessoa qualquer relação direta, tem por efeito a suposição de um sujeito (s) que implica o saber (S¹, S², ... Sⁿ).

Não apenas tal tomada da linguagem como fundamento opera de forma a reorientar os conceitos que dirigem nossa prática como também, movimento correlato, como defendemos na seção anterior, enseja um *reordenamento* radical da categoria, problemática, de realidade – e novamente ressaltamos: a realidade que concerne à relatividade de nossas operações. Sustenta-se, na práxis psicanalítica, uma *anterioridade lógica* da linguagem, do discurso, do Outro em relação ao que quer que pudéssemos designar de ‘realidade’⁸³ (independentemente do quão ‘objetiva’ a pretendamos). Esta é a posição defendida constante e sistematicamente por Lacan, desde o início até momentos mais tardios de seu ensino.

No já citado “Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise”, de 1953: “[...] é no dom da fala que reside toda a realidade de seus efeitos [da psicanálise]; pois

⁷⁹ Lacan, J. (1998d). Posição do inconsciente. Op. cit. p. 852. Quanto a isso, conferir também Eidelsztein, A. (2012). La topología en la clínica psicoanalítica. Buenos Aires: Letra Viva. pp.72-73.

⁸⁰ Lacan, J. (2003a). A Identificação: seminário 1961 – 1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. p. 64.

⁸¹ Lacan, J. (1998d). Posição do inconsciente. Op. cit. p. 849

⁸² Lacan, J. (2003c). Proposição de 9 de outubro de 1967. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

⁸³ Cf. Eidelsztein, A. (2014). El origen del sujeto en psicoanálisis: Del Big Bang del lenguaje y el discurso en la causación del sujeto. Op. cit.

foi através desse dom que toda realidade chegou ao homem, e é por seu ato contínuo que ele a mantém.”⁸⁴; “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas”⁸⁵. Vinte anos depois, em seu seminário *Encore*, o argumento segue categórico: “Não há a mínima realidade pré-discursiva”⁸⁶; “Os fatos de que lhes falo são fatos de discurso”⁸⁷; “só há gênese, de discurso”⁸⁸. Pouco depois, temos em 1975 a enunciação, em sua “Conferência em Genebra sobre o sintoma”⁸⁹, do que poderíamos tomar como ponto de culminância desta reflexão, quando Lacan emprega o neologismo “*motérialisme*”⁹⁰, materialismo de palavra, estabelecendo assim claramente a materialidade que nos cabe em nossa prática.

Extraímos, portanto, das considerações que fizemos até aqui, as consequências para a reflexão que nos propusemos. Se admitirmos, com Lacan, o símbolo e a linguagem como estrutura e limite do campo psicanalítico⁹¹, se não lidamos com uma materialidade que não a do significante, estes fatos, em sua radicalidade, comportam em si a necessidade lógica de renunciarmos a toda e qualquer referência corpuscular na condução de um tratamento e de uma leitura que se queiram psicanalíticos. A substancialização da clínica enquanto *res extensa*, tridimensional, *partes extra partes*, tomada por nós como fundamento, como modelo implícito no argumento “dentro, dentro, e fora, fora” que marca o incômodo inicial deste escrito, esta substancialização, frente aos conceitos mesmos que orientam nosso ofício, encontramos-a infundada. Desta forma, e repetimos, se o símbolo e a linguagem constituem a estrutura e o limite de nosso campo, o espaço a que ele corresponderá será um *espaço discursivo* – e isto implica em um modelo *bidimensional*. Deixamos assim de pensar que os fenômenos da clínica psicanalítica se veem legitimamente abarcados e compreendidos pelo mesmo modelo implícito que utilizamos para explanar o movimento de bolas de bilhar sobre uma mesa.

Com efeito, o rechaço do – frágil – apoio em uma terceira dimensão, tornado regra pelo substancialismo empirista que faz marca profunda em nosso senso comum,

⁸⁴ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p.323.

⁸⁵ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 277.

⁸⁶ Lacan, J. (2008c). O Seminário: livro 20. Rio de Janeiro: Zahar. p. 38.

⁸⁷ Lacan, J. (2008c). Op. cit. p. 17

⁸⁸ Lacan, J. (2008c). Op. cit. p. 18

⁸⁹ Lacan, J. (1975). Conferência em Genebra sobre el sintoma. Disponível em: <<http://lacanera-freudiana.com/2.5.1.25%20%20%20%20CONFERENCIA%20EN%20GINEBRA%20SOBRE%20EL%20SINTOMA,%201975.pdf>> (recuperado em 11/11/2015).

⁹⁰ Junção entre *matérialisme* (materialismo) e *mot* (palavra).

⁹¹ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit.p. 267

não é posição única da psicanálise, sendo inclusive consequência dos avanços anteriores em diversos campos do saber, tais como a topologia e as físicas modernas, bem como em campos ainda mais próximos da articulação psicanalítica. O significante saussuriano, por exemplo, representa uma extensão que, como tal, só é mensurável em *uma* dimensão⁹². Sincronia e diacronia, aos quais Lacan relacionará metáfora e metonímia⁹³, compõem em Saussure a linguagem como sistema bidimensional – ponto que poderíamos tomar como fundamento da articulação de Lacan com as topologias, dado sua sustentação da linguagem como base material e estrutural do fazer analítico. A linguagem, para o fundador da linguística estrutural, produziria uma forma, e não uma substância⁹⁴, apontando assim para a arbitrariedade de todo signo, para a perda do referente – elemento-base do ‘mundo objetivo’, ‘natural’, externo à língua –, sendo o valor do signo determinado, portanto, por um conjunto de relações diferenciais *interno* ao sistema da língua. Assim, tomar a língua, o fato de linguagem, como forma, e não como substância, já implica, a um só golpe, uma renúncia à correlação da língua com qualquer elemento que seja da ordem do natural e do tridimensional.

Nunca nos compenetraremos o bastante dessa verdade, pois todos os erros de nossa terminologia, todas as maneiras incorretas de designar as coisas da língua provêm da suposição involuntária de que haveria uma substância no fenômeno linguístico.⁹⁵

Lacan mesmo, em seu Seminário IX, sobre a identificação⁹⁶ – o qual, inclusive, terá como marca pronunciada o uso das topologias para o desenvolvimento dos conceitos e da prática psicanalítica⁹⁷ –, aponta para o caráter duvidoso desta terceira dimensão.

Hoje em dia é moda encarar quantidade de espaços com multidões de dimensões. Devo dizer-lhes que, do ponto de vista da reflexão matemática, pede-se que não se acredite nisso sem reservas. Os filósofos, os bons, aqueles que deixam atrás de si um cheiro bom de giz, como o Sr.

⁹² Saussure, F. (2012). Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix. p. 110.

⁹³ Lacan, J. (1998f). Subversão do sujeito. Op. cit. p. 813-814.

⁹⁴ Saussure, F. (2012). Op. cit. p. 160.

⁹⁵ Saussure, F. (2012). Op. cit. p. 170.

⁹⁶ Lacan, J. (2003a). A Identificação: seminário 1961 – 1962. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife. p. 182.

⁹⁷ Pontuamos aqui que a marca de diferença deste seminário frente àqueles que o precederam, no que refere ao uso da topologia, não consiste no fato de esta ter sido ali pela primeira vez utilizada – recordamos que a utilização do modelo topológico do toro data já de 1953, em “Função e Campo...” (p. 322) –, senão que é ali que seu uso se torna mais pronunciado e sistemático.

Alain, dirão que já a terceira dimensão, ora, está bastante claro que, do ponto de vista que eu avançava há pouco sobre o real, é completamente suspeita.⁹⁸

E acrescentará: para o sujeito com o qual operamos e psicanálise – um sujeito que é fato de linguagem –, *bastam duas*. Trata-se de um sujeito enquanto articulável como “infinitamente plano”, a partir das propriedades de uma superfície topológica⁹⁹ - muito distante, como já trabalhamos, da noção corrente de indivíduo biológico tridimensional.

Retornemos, pois, ao fio de nosso raciocínio. Se o espaço que nos convém chamar de propriamente analítico, tomado como aquele no qual de fato transcorre uma psicanálise, consiste não em um espaço físico, concreto, tridimensional, mas sim um espaço *discursivo*, faz-se necessário que reconheçamos a impropriedade da delimitação deste a partir do que chamamos de ‘saco de concreto’ da sala de atendimento. Seu limite residiria, assim, enquanto sustentação de um laço discursivo específico mais do que determinado por qualquer obstáculo físico – e aqui poderíamos, por motivos de extensão, apenas aludir ao discurso do analista, apontando-o como formalização possível da modalidade específica de operação com o sujeito que mencionamos anteriormente.

$$\frac{a}{S2} \rightarrow \frac{\$}{S1}$$

Não se trata, contudo, de relegar à inexistência qualquer influência possível da parede ou da sala enquanto instâncias na condução de uma análise, mas propor um giro a mais: há que supor-lhes tão apalavradas quanto quaisquer outras dimensões presentes em um tratamento analítico. Poderíamos, ainda, considerando a teoria que Lacan estabelece de seus três registros, pensar as paredes da sala de atendimento como plano de consistência imaginária do espaço analítico. Nisto, veríamos esclarecer-se parte considerável do mal-entendido, bem como abriríamos uma série considerável de outras articulações possíveis – às quais nos reservamos o direito de aqui deixar em aberto.

A estes nossos aportes julgamos pertinente demarcar certo eco, certo paralelo com o que defende, partindo de problemática similar, Luciano Elia, em seu célebre texto

⁹⁸ Lacan, J. (2003a). Op. cit. p. 182.

⁹⁹ No caso, o toro.

“Psicanálise: clínica e pesquisa”¹⁰⁰. Neste, interessa-nos particularmente a seção em que o autor reflexiona acerca do que denomina de “extensão social” da psicanálise, tomando como ponto de partida a problematização do consultório particular como lugar *princeps* ou, na maioria das vezes, exclusivo, do exercício da prática analítica. Segundo Elia, acerca do consultório:

Ele foi concebido, durante boa parte da história do movimento psicanalítico, como mero arranjo ou disposição mobiliária ou imobiliária de elementos (poltrona, divã, etc., dispostos em determinada posição numa sala) e, acrescido da dimensão da relação analista-analisante, recebeu o nome de *setting* analítico.¹⁰¹

Denuncia-o então como não consistindo em uma categoria articulada ao campo teórico-clínico da psicanálise, mas como mero lugar físico da prática, tornado necessidade técnica a partir de um processo que chama de *imaginarização* da psicanálise: atribuição de sentido e naturalização, do que decorre a impressão do caráter necessário e não contingente das significações atribuídas.¹⁰² Por fim, e aqui isto é o que mais nos interessa, aponta para a subversão lacaniana como possível via de escape desta aporia:

[...] Jacques Lacan, ao empreender sua famosa releitura dos textos freudianos, pela qual revigorou os princípios mesmos da psicanálise, que vinham perdendo sua virulência e radicalidade, introduziu *um outro modo de conceber o lugar em que se pratica uma psicanálise*, situando-o como *lugar estrutural*, em que um analista estabelece um modo inteiramente peculiar, definido pelo *discurso analítico*, de relacionar-se com um sujeito – o analisante – no trabalho da análise. Deu a este lugar o nome de *dispositivo analítico*¹⁰³, que tem, sobre seu antecessor *setting*, a imensa vantagem de *discernir plano imaginário* (físico, espacial, mas efetivamente marcado por critérios econômicos e construídos) da situação analítica do *plano estrutural*, que, como tal, não depende de uma configuração particular e circunstancial (transformada em necessidade técnica), mas, ao contrário, determina, por seus *eixos simbólicos*, toda configuração particular e circunstancial que se queira analítica: consultório, ambulatório, enfermaria ou qualquer outra configuração institucional¹⁰⁴

¹⁰⁰ Elia, L. (2000). Psicanálise: Clínica e pesquisa. In S. Alberti, & L. Elia, (Org.), Clínica e pesquisa em psicanálise. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

¹⁰¹ Elia, L. (2000). Op. cit. p.26

¹⁰² Elia, L. (2000). Op. cit. p. 28-29.

¹⁰³ Haveria certa controvérsia em relação a ter sido ou não este termo, pouco empregado por Lacan, ter sido tomado por este enquanto um conceito. Para uma discussão mais detalhada, cf. Checchia, M. A. (2012) A clínica psicanalítica é um dispositivo?. *A peste*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-100, jan./jun.

¹⁰⁴ Elia, L. (2000). Op. cit. p. 29. Grifos nossos.

“É possível, assim,” defende Elia, “fazer psicanálise em qualquer extrato social, em qualquer ambiente institucional, desde que haja analista, de um lado, e sujeito dividido, de outro.”¹⁰⁵. A constituição do dispositivo analítico, e, por conseguinte, do espaço analítico, não diz respeito a um plano de consistência imaginária, mas sim a um plano estrutural, determinado por eixos simbólicos, delimitado em um campo de linguagem e sustentado em um laço discursivo, em uma função de fala.

Havíamos aludido, anteriormente em nosso escrito, a certa tensão que toma lugar de forma latente na proposição de nossa discussão central, uma tensão que pudemos nomear, a partir do diálogo com a física, como entre dois paradigmas possíveis do espaço analítico, um corpuscular, um ondulatório. Parece-nos agora oportuno, como estamos nos aproximando do fim de nosso argumento, retomar esta questão, levando-a um pouco mais adiante e dela extraindo algumas consequências.

Façamos recordar: um *corpúsculo* consistiria em uma partícula dotada de matéria que ocupa um lugar específico e exclusivo no espaço, *partes extra partes, res extensa*. Uma *onda*, por sua vez, não possuiria massa e se estenderia pelo espaço, superpondo-se, entrelaçando-se a outras ondas, estabelecendo com estas relações de interferência, ressonância, etc.

“Qual seria o modelo mais adequado a adotarmos para pensar a clínica psicanalítica?”, perguntávamo-nos. “Qual concepção se encontra em um diálogo, digamos, mais preciso com os conceitos do campo teórico lacaniano?”. Ora, acreditamos ter conduzido nossa reflexão com suficiente rigor e clareza para, primeiramente, rejeitar categoricamente – em decorrência da materialidade, do campo e da função com as quais operamos – o modelo corpuscular. Mais ainda, a partir do percurso traçado, somos conduzidos à hipótese do modelo ondulatório não apenas por uma exclusão de sua alternativa mas por uma afirmação de sua pertinência a nossa prática – em função, dentre outros, do caráter discursivo do dispositivo analítico e da bidimensionalidade consequente da matéria de sua intervenção.

Se assim for, quais os efeitos a serem recolhidos da adoção deste modelo? Quais as consequências específicas para a reflexão – e portanto para a prática – da psicanálise de assumirmos uma ‘clínica enquanto onda’?

¹⁰⁵ Elia, L. (2000). Op. cit. p. 28.

Retornando assim às interrogações que marcam a abertura deste texto e o põem em movimento, não somos apenas conduzidos a uma leitura que rejeita a afirmação de transbordamentos ou a evitação de invasões, baseadas na existência substancial de um dentro e um fora do espaço clínico. Considerar as propriedades que constituem o fenômeno ondulatório, como a possibilidade de entrelaçamento e superposição de ondas distintas, permite situar em outro registro a reflexão acerca das problemáticas que apontamos que não aquele em relação a uma pretensa borda concreta. Possibilita-nos pensar a clínica psicanalítica como a sustentação de um espaço de fala constituído por entrelaçamentos discursivos, sujeito por estrutura a fenômenos de interferência e ressonância. Sairíamos, com isso, da aporia entre um indiscernimento reticente do que transborda e uma resolução prescritiva do que deveria estar cindido. Nisto, não apontaríamos para a sustentação de um ideal substancializado do espaço analítico como outra coisa que não *resistência*.

A leitura que propomos, sabemos, poderá ser tomada como demasiadamente heterodoxa, parecendo talvez equivocada, improvável – ou mesmo incômoda. Lancemos mão, então, como forma de estabilizar o terreno e dar os últimos passos em nosso argumento, de mais uma citação de Lacan. Um excerto que, por sua íntima relação com nossa problemática específica, não poderíamos denominar de outra forma que não um achado serendípico:

Que o inconsciente do sujeito é o discurso do outro¹⁰⁶, eis o que aparece, ainda mais claramente do que em qualquer lugar, nos estudos que Freud consagrou ao que chama de telepatia¹⁰⁷, na medida em que ela se manifesta no contexto de uma experiência analítica. Coincidência das colocações do sujeito com os fatos de que ele não pode estar informado, mas que continuam a se mover nas ligações de uma outra experiência em que o psicanalista é interlocutor – coincidência também, na maioria das vezes, constituída por uma convergência totalmente verbal ou homonímica, ou que, quando inclui um ato, trata-se é de um *acting out* de um paciente do analista, ou de um filho em análise do analisado. *Casos de ressonância em redes comunicantes de discurso*, cujo estudo exaustivo esclareceria os fatos análogos apresentados pela vida cotidiana.

A onipresença do discurso humano talvez possa, um dia, ser abarcada sob o céu aberto de uma onicomunicação de seu texto. O que não quer dizer que por isso ele seja mais harmonizado. Mas

¹⁰⁶ Nesta época, ainda em minúsculas.

¹⁰⁷ Tratam-se dos textos: Freud, S. (1990a) *Psicanálise e telepatia*. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 18, pp. 215-234. Rio de Janeiro: Imago.; Freud, S. (1990b). *Sonhos e telepatia*. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 18, pp. 237-265. Rio de Janeiro: Imago.; Freud (2010c). *Sonhos e Ocultismo*. In: *Obras Completas*, volume 18. São Paulo: Cia das Letras.

é esse o campo que nossa experiência polariza, numa relação que só é a dois na aparência, pois qualquer colocação de sua estrutura apenas em termos duais é-lhe tão inadequada na teoria quanto destrutiva para sua técnica.¹⁰⁸

Lacan refere-se especialmente aos dois últimos casos trabalhados por Freud em sua conferência introdutória XXX, intitulada “Sonhos e ocultismo”¹⁰⁹. Em um, a insistência significativa nas ocorrências de um analisante que, mesmo não podendo estar informado desta, tem na chegada a Londres de David Forsyth, por quem Freud nutria particular interesse, o anúncio do fim de sua análise: Forsyth, *Vorsicht* [precaução], Forsyte, *foresight* [precaução; previsão]; além disso, Freud e *Freund* [amigo]. No outro, citado por Freud da experiência de Dorothy Burlingham, a fala de uma mãe, em sua análise, acerca de um objeto que lhe fora especial na infância, encontra eco em seu filho, também em análise:

Um dia, na sessão, a mãe falou de uma moeda de ouro que teve determinado papel numa das cenas de sua infância. Logo depois, ao chegar em casa, seu filho de dez anos de idade vai ao seu quarto e lhe dá uma moeda de ouro, que ela deve guardar para ele. A mãe lhe pergunta, surpresa, onde a arranjou. O menino a ganhou no aniversário, mas este aconteceu meses atrás, e não há por que ele lembrar-se da moeda justamente agora. A mãe informa a analista do garoto sobre a coincidência e lhe pede que investigue, junto a ele, o motivo deste ato. Mas a análise do garoto nada esclarece, o ato penetrou em sua vida naquele dia como um corpo estranho. Algumas semanas depois, a mãe está sentada na escrivaninha, para registrar o acontecido, como lhe solicitaram; vem o garoto, pedindo de volta a moeda de outro, para levar e mostrar na sessão de análise. Novamente, sua análise não consegue achar a motivação para esse desejo.¹¹⁰

A questão da ressonância é trabalhada precisamente por Lacan como colocação em evidência, manifestação em estado agudo da própria articulação de um conceito que é dos mais centrais no que diz respeito a nossa experiência: o inconsciente como discurso do Outro. Tratar-se-iam, portanto, não de anomalias na condução de nossa práxis, mas de consequências próprias da estrutura do espaço analítico, efeitos de um entrelaçamento de relações discursivas, um fenômeno de eco posto agora à leitura possível.

¹⁰⁸ Lacan, J. (1998c). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. Op. cit. p. 266. Grifo nosso.

¹⁰⁹ Freud, S. (2010c). Sonhos e Ocultismo. In: Obras Completas, volume 18. São Paulo: Cia das Letras.

¹¹⁰ Freud, S. (2010c). Op. cit. p. 191.

Fornecer-nos-ia esta categoria uma valiosa chave de leitura para a práxis analítica – em especial, mas não apenas, a uma que se insira em um contexto institucional – por permitir-nos pensar o analista como integrante de certa rede discursiva e tomar em conta os possíveis efeitos disso para a condução de casos particulares. Ser-nos-ia possível conferir, então, não apenas maior visibilidade a efeitos de ressonância constituídos de alguma forma *entre* analisantes – seja do mesmo analista ou de analistas distintos. Mais ainda, poderíamos pensar, caso a caso, os possíveis efeitos, os ecos, as reverberações do discurso institucional no espaço analítico, das inter-relações discursivas que compõem a instituição, bem como inversamente. O espaço clínico, talvez, como campo de ressonâncias. E isto incluiria, por certo, não apenas a instituição na qual porventura o analista venha a clinicar, *mas também aquela à qual ele se filia*. Assim sendo, por esses dentre outros motivos, julgaríamos de especial interesse considerar a pertinência, para o campo teórico psicanalítico, de uma sistematização e formalização conceitual desta noção de ressonância.

Se o espaço analítico é delimitado estruturalmente pela sustentação do discurso do analista, abrir-se-ia o terreno não só para delimitar o que nessas ressonâncias constituiria em cada caso obstáculo a tal sustentação, como também divisar o que estabeleceria suas condições de possibilidade. Consistiria assim – uma vez que, segundo Quinet, o discurso se sustenta pelo ato¹¹¹ – em também pensar interferências e condições de possibilidade em relação ao próprio ato analítico. Apontamos, tendo isto presente, para o interesse possível para a prática analítica na articulação entre ressonância, ato e discurso, da qual poderiam originar-se diversas vias de reflexão e investigação. Indiquemos uma, uma em especial, destacada por sua proximidade ao problema com o qual começamos.

Considerando, com Lacan, a resistência, sempre do analista, como recusa ao ato¹¹², chegamos a algo que chamaríamos de uma intuição argumentada, uma hipótese: a de que, assumindo o espaço analítico como produzido em um campo de ressonâncias, haveríamos talvez de pensar a resistência como não redutível, em sua totalidade, a uma propriedade individual do analista. Haveríamos talvez de pensar também na ‘produção’, digamos assim, em certa medida institucional, de resistência.

¹¹¹Quinet (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 49-50.

¹¹² Lacan (1967-1968). *Le Séminaire, 15: L'acte*. Disponível em <staferla.free.fr> (recuperado em 11/11/2015). p. 55.

Apontamos aqui para o que poderia ser feito, a partir dos efeitos desta leitura, na situação que narramos no primeiro capítulo de nosso escrito: a discussão institucional acerca das dificuldades de uma terapeuta em conduzir sua prática; dentro, dentro e fora, fora. Que reflexão se poderia ter feito, que outras vias possíveis de compreensão e intervenção nesta situação? Ou ainda, com o perdão de tropeçar em certa especulação: quais terão sido as consequências da resolução do impasse, tal como ela de fato tomou lugar, na condução dos casos da terapeuta em questão?

Por fim, evocamos outra frase, uma última, enunciada em tom categórico pela coordenação de um grupo de trabalho: “os terapeutas estão resistindo”. Ora, aportados na trajetória de nossa reflexão, indagaríamos: se é o caso de todos os terapeutas do grupo estarem, de alguma forma, resistindo em todos seus atendimentos ao mesmo tempo, pareceria o caso de crer que a resistência está em todos e cada um deles, individualmente?

Deixemos por aqui.

Referências

Bachelard, G. (2008). *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes

Bueno, S. (2000). *Silveira Bueno: minidicionário de língua portuguesa*. São Paulo: FDT.

Cecchia, M. A. (2012). A clínica psicanalítica é um dispositivo?. *A peste*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 89-100, jan./jun.

Descartes, R. (2004). *Meditações sobre Filosofia Primeira*. Campinas: Editora da UNICAMP.

Elia, L. (1999). A transferência na pesquisa em psicanálise: lugar ou excesso?. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(3), 00.

_____. (2000). Psicanálise: Clínica e pesquisa. In: S. Alberti, & L. Elia, (Org.), *Clínica e pesquisa em psicanálise*. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos.

_____. (2010). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Zahar. 3ª Ed.

Eidelsztein, A. (2012). *La topología en la clínica psicoanalítica*. Buenos Aires: Letra Viva.

_____. (2014a). El origen del sujeto en psicoanálisis: Del Big Bang del lenguaje y el discurso en la causación del sujeto. *El rey está desnudo*. Nº 5. Buenos Aires: Letra Viva.

_____. (2014b). *La ciencia y el psicoanálisis*. Disponível em: <<http://www.elsigma.com/psicoanalisis-y-ciencias/la-ciencia-y-el-psicoanalisis/12738>> (recuperado dia 28/07/2015).

Ferreira, A. B. H. (2008). *Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. Curitiba: Editora Positivo.

Figueiredo, A. C. (1997). *Vastas Confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Freud, S. (1990a). Psicanálise e telepatia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 18, pp. 215-234. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1990b). Sonhos e telepatia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, v. 18, pp. 237-265. Rio de Janeiro: Imago.

_____. (2004). As pulsões e os destinos da pulsão. In: *Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago Ed.

_____. (2010a). Acerca de uma visão de mundo. In: *Obras Completas, volume 18*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2010b). Por que a guerra? In: *Obras Completas, volume 18*. São Paulo: Cia das Letras.

_____. (2010c). Sonhos e Ocultismo. In: *Obras Completas, volume 18*. São Paulo: Cia das Letras.

Garcia-Roza, L. A. (2008). *Introdução à metapsicologia freudiana. Artigos de metapsicologia: narcisismo, pulsão, recalque, inconsciente (7a ed., Vol. 3)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Krymkiewicz, M. (2013). Función de la palabra y campo del lenguaje: fundamentos de una ontología materialista. *El Rey Esta Desnudo*, nº6. Buenos Aires: Letra Viva.

Lacan, J. (1966). *Of Structure as the Inmixing of an Otherness Prerequisite to Any Subject Whatever*. Disponível em <<http://www.lacan.com/hotel.htm>> (recuperado em 10/11/2015)

_____. (1967-1968). *Le Séminaire, 15: L'acte*. Disponível em <staferla.free.fr> (recuperado em 11/11/2015)

_____. (1975). *Conferencia en Ginebra sobre el síntoma*. Disponível em: <<http://lacanterafreudiana.com/2.5.1.25%20%20%20%20CONFERENCIA%20EN%20GINEBRA%20SOBRE%20EL%20SINTOMA,%201975.pdf>> (recuperado em 11/11/2015).

_____. (1988). *O Seminário: livro 11*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1992). *O seminário: livro 17*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. (1998a). Acerca da causalidade psíquica. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.

- _____. (1998b). A ciência e a verdade. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1998c). Função e Campo da Fala e da Linguagem em Psicanálise. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1998d). Posição do inconsciente. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 849.
- _____. (1998e). Situação da Psicanálise em 1956. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (1998f). Subversão do Sujeito. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar
- _____. (1998g). Variantes do tratamento-padrão. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2003a). *A Identificação: seminário 1961 – 1962*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- _____. (2003b). Pequeno discurso na ORTF. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2003c). Proposição de 9 de outubro de 1967. In: *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2008a). *O Seminário: livro 7*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2008b). *O Seminário: livro 16*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2008c). *O Seminário: livro 20*. Rio de Janeiro: Zahar
- Locke, J. (1999). *Ensaio acerca do entendimento humano*. São Paulo. Nova Cultural.
- Nasio, J.-D. (1993). *Cinco Lições Sobre a Teoria de Jacques Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Quinet, A. (2012). *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 49-50.
- Rivera, T. (2008). Ensaio sobre o espaço e o sujeito: Lygia Clark e a psicanálise. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 11(2), 219-238.
- Saussure, F. (2012). *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix.